



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para emissão e gestão do Cartão Prêmio SAEB – PRA, instituído pela Lei Municipal nº 5.122/2025, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2	Requisitante:	Secretaria de Educação
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico , Art. 28, I da Lei nº 14.133/21 c/c Art. 33, I da Lei 14.133/2021
1.4	Período:	1 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço por item , nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1. Contratação de empresa para emissão de cartões magnéticos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão e entrega de cartões magnéticos com chip, denominados “Cartão Prêmio SAEB”, destinados ao pagamento do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), instituído pela Lei Municipal nº 5.122, com disponibilização de crédito individual no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) por beneficiário.	19208	UN	1.190

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021;



2.4. A presente contratação se enquadra como fornecimento não contínuo, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021, tendo em vista que o objeto visa atender a uma necessidade pontual e sazonal da Administração, qual seja, o fornecimento de “Cartão Prêmio SAEB” aos profissionais e alunos da Rede Municipal de Educação, com entrega única e crédito individual no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

2.5. Trata-se de ação específica e vinculada ao Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), não caracterizando demanda permanente. Assim, o contrato terá vigência restrita ao prazo necessário para apuração da relação dos contemplados e envio da listagem, entrega dos cartões e execução das obrigações correlatas.

2.6. Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

3.1. Trata-se de processo administrativo instaurado por esta pasta, com a finalidade promover a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão, gestão e entrega de cartões magnéticos com chip, denominados “Cartão Prêmio SAEB”, destinados à operacionalização do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), instituído pela Lei Municipal nº 5.122

3.2. O prêmio será concedido em cota única extraordinária aos profissionais da educação em efetivo exercício nas unidades escolares contempladas e aos estudantes das turmas de 5º e 9º anos com melhor desempenho nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conforme critérios objetivos previstos na legislação.

3.3. A norma legal determina expressamente que o pagamento do benefício seja operacionalizado por meio de cartão específico fornecido por empresa emissora contratada mediante procedimento licitatório, o que torna imprescindível a formalização da presente demanda administrativa.

3.4. A contratação de solução especializada para emissão e gestão de cartões magnéticos com chip mostra-se tecnicamente adequada, pois garante segurança na disponibilização dos créditos, controle individualizado por beneficiário, rastreabilidade da execução financeira,



mitigação de riscos operacionais e transparência na aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, planejamento, governança e controle previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A presente solução tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão, gestão e entrega de cartões magnéticos com chip, denominados “Cartão Prêmio SAEB”, destinados à operacionalização do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), instituído pela Lei Municipal nº 5.122, conforme demanda formalizada no Documento de Formalização da Demanda – DFD;

4.2. A contratação visa viabilizar o pagamento do benefício, em cota única extraordinária, aos profissionais da educação em efetivo exercício nas unidades escolares contempladas e aos estudantes das turmas de 5º e 9º anos com melhor desempenho nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), mediante disponibilização de crédito individual no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) por beneficiário, totalizando 1.190 cartões;

4.3. A solução contempla, de forma integrada:

4.3.1. Emissão de cartões magnéticos com chip, personalizados e vinculados individualmente a cada beneficiário;

4.3.1.1. Disponibilização do crédito no valor definido pela legislação municipal;

4.3.1.2. Sistema de gestão e controle dos créditos concedidos, assegurando rastreabilidade, segurança das transações e transparência na aplicação dos recursos públicos;

4.3.1.3. Entrega física dos cartões à Secretaria Municipal de Educação, para posterior distribuição aos contemplados;

4.3.1.4. Garantia de funcionamento e suporte técnico durante o período de utilização dos créditos;

4.4. Trata-se de serviço comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência, amplamente ofertado no mercado por instituições



especializadas na emissão e administração de cartões eletrônicos, o que permite a adoção da modalidade licitatória Pregão, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

4.5. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, observando-se os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência e economicidade.

4.6. Do ponto de vista administrativo, a escolha pelo pregão eletrônico amplia a concorrência, possibilita maior disputa entre fornecedores e tende a proporcionar proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

4.7. Assim, conclui-se que a contratação por Pregão Eletrônico, sem registro de preços, para fornecimento único e imediato dos cartões magnéticos com chip, constitui a solução mais adequada sob os aspectos técnico, jurídico e econômico, garantindo a efetiva implementação do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA) e a correta aplicação dos recursos públicos destinados à política educacional do Município;

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

5.1. A contratação deve atender aos seguintes requisitos:

5.1.1. Fundamentação Legal e Natureza do Objeto

5.1.1.1. A presente contratação enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações técnicas usuais de mercado, envolvendo:

5.1.1.1.1. Emissão de cartões magnéticos com chip;

5.1.1.1.2. Gestão eletrônica dos créditos;

5.1.1.1.3. Controle individualizado por beneficiário;

5.1.1.1.4. Disponibilização de sistema de acompanhamento e relatórios;

5.1.1.1.5. Suporte técnico operacional;



5.1.1.2. A definição clara e objetiva das especificações atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, economicidade e competitividade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

5.1.2. Sustentabilidade

5.1.2.1. A contratação deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, com a Instrução Normativa nº 01/2010 e com o Decreto nº 7.746/2012, devendo, sempre que aplicável:

5.1.2.1.1. Os bens serem constituídos, no todo ou em parte, por materiais recicláveis, atóxicos ou de menor impacto ambiental, conforme normas técnicas pertinentes;

5.1.2.1.2. Serem observados requisitos ambientais para certificação pelo INMETRO, quando houver regulamentação específica;

5.1.2.1.3. Serem acondicionados, preferencialmente, em embalagens com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, garantindo proteção adequada durante transporte e armazenamento;

5.1.2.1.4. Não conterem substâncias perigosas acima dos limites recomendados pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs);

5.1.2.1.5. Apresentarem maior eficiência energética, menor consumo de recursos naturais e maior vida útil, reduzindo custos de manutenção e impactos ambientais;

5.1.2.2. Tais exigências encontram respaldo no dever constitucional de proteção ao meio ambiente (art. 225 da Constituição Federal) e na diretriz de sustentabilidade nas contratações públicas;

5.1.3. Critérios e momento de execução da premiação

5.1.3.1. Nos termos da Lei Municipal nº 5.122/2025, o Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA) está condicionado ao desempenho das unidades escolares nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), devendo sua concessão observar os critérios objetivos estabelecidos na legislação;



5.1.3.2. Considerando que a avaliação de referência corresponde ao SAEB 2025, cujos resultados oficiais serão divulgados apenas no segundo semestre de 2026, a efetiva requisição dos cartões e a autorização para carga dos créditos estarão condicionadas à publicação dos resultados oficiais pelo órgão competente;

5.1.3.3. Conforme cronograma nacional previamente divulgado:

5.1.3.3.1. Os resultados preliminares estão **previstos** para divulgação no período de 6 a 10 de julho de 2026;

5.1.3.3.2. Os resultados finais oficiais estão **previstos** para divulgação a partir de 28 de agosto de 2026;

5.1.3.4. Dessa forma, a presente contratação possui natureza preparatória e visa garantir disponibilidade contratual e operacional para cumprimento tempestivo da obrigação legal após a confirmação dos resultados oficiais;

5.1.3.5. A requisição formal para emissão nominal dos cartões e disponibilização dos créditos ocorrerá somente após:

5.1.3.5.1. Publicação dos resultados finais do SAEB 2025;

5.1.3.5.2. Consolidação interna dos dados das unidades escolares contempladas;

5.1.3.5.3. Validação da listagem nominal dos beneficiários pela Secretaria Municipal de Educação;

5.1.3.5.4. Verificação do atendimento aos critérios de elegibilidade previstos na Lei Municipal nº 5.122/2025.

5.1.3.6. Somente após tais etapas será emitida ordem formal de fornecimento à empresa contratada, com quantitativo definitivo de beneficiários.

5.1.3.7. Tal procedimento assegura:

5.1.3.7.1. Observância estrita ao princípio da legalidade;

5.1.3.7.2. Execução condicionada ao fato gerador previsto em lei;

5.1.3.7.3. Adequação do gasto público ao resultado efetivamente apurado;



5.1.3.7.4. Prevenção de pagamentos indevidos;

5.1.3.7.5. Conformidade com os princípios do planejamento e da responsabilidade fiscal.

5.1.3.8. Ressalta-se que a contratação não implica reconhecimento automático de direito individual antes da divulgação oficial dos resultados, sendo a concessão do prêmio condicionada ao enquadramento nos critérios legais após publicação definitiva;

5.1.4. Da Restrição Territorial de Utilização

5.1.4.1. O cartão deverá conter mecanismo de limitação geográfica que permita sua utilização exclusivamente em estabelecimentos comerciais regularmente sediados no Município de Nova Friburgo/RJ;

5.1.4.2. Tal medida fundamenta-se no interesse público primário consistente no fortalecimento da economia local, na circulação interna de recursos públicos e no estímulo ao comércio municipal, considerando que se trata de política pública financiada com recursos próprios da Secretaria Municipal de Educação;

5.1.4.3. A restrição territorial incide unicamente sobre o local de utilização do crédito e não sobre a participação no procedimento licitatório, inexistindo direcionamento ou restrição à competitividade;

5.1.4.3.1. Poderão participar do certame todas as empresas que atendam às exigências técnicas e que possuam rede credenciada apta a operar no território municipal;

5.1.4.4. A diretriz encontra respaldo no princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como na competência administrativa do Município para implementar políticas públicas com reflexo econômico local, não havendo afronta aos princípios da isonomia ou da ampla concorrência;

5.1.5. Da Amplitude de Utilização do Crédito

5.1.5.1. O crédito disponibilizado no cartão será de uso amplo, podendo ser utilizado para aquisição de bens de consumo em geral, tais como gêneros alimentícios, vestuário, calçados, brinquedos, eletroeletrônicos, material escolar e demais produtos regularmente comercializados no comércio local;



5.1.5.1.1. A contratada deverá possuir, no mínimo, o seguinte quantitativo de estabelecimentos por segmento, dentre os 30 (trinta) credenciados exigidos no Município:

- a) Gêneros Alimentícios – 7 (sete) estabelecimentos;
- b) Vestuários – 6 (seis) estabelecimentos;
- c) Calçados – 6 (seis) estabelecimentos;
- d) Brinquedos – 3 (três) estabelecimentos;
- e) Eletroeletrônicos – 5 (cinco) estabelecimentos;
- f) Material Escolar – 3 (três) estabelecimentos;

5.1.5.2. A ausência de segmentação por ramo de atividade amplia o alcance social da política pública, preserva a autonomia do beneficiário quanto à destinação do recurso e potencializa o impacto econômico municipal, mantida a limitação territorial;

5.1.6. Entrega, Substituição e Execução Contratual

5.1.6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE os cartões eletrônicos com carga única e individual no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com validade de 90 (noventa) dias a partir da data de disponibilização do crédito;

5.1.6.2. A CONTRATANTE disponibilizará, mediante o resultado definitivo das provas e definição dos contemplados baseado nos critérios estabelecidos na Lei 5.122/2025, a relação contendo unidades escolar, nome do beneficiário, CPF e outras informações necessárias para a emissão do cartão;

5.1.6.2.1. Os cartões direcionados aos alunos menores de idade, deverão constar, além do nome e CPF do contemplado, dados do responsável cadastrado no E-cidade, que serão enviados junto com a relação;

5.1.6.3. A CONTRATADA deverá entregar todos os cartões em parcela única, na Subsecretaria Pedagógica da Secretaria de Educação, situado à Av. Alberto Braune, n.º 224, 3º andar, Centro, Nova Friburgo, RJ, CEP 28.613-001, na quantidade solicitada pelo CONTRATANTE, por sua exclusiva conta e risco, bloqueados, com senha individual, separados por unidade escolar, organizados em ordem alfabética (dentro de cada unidade



escolar), com senha individual, em envelope lacrado, constituindo sua utilização eletrônica por parte do beneficiário.

5.1.6.4. A data máxima para a entrega dos cartões no endereço citado será de até 15 (dias) corridos, após o fornecimento da relação de beneficiários pelo CONTRATANTE;

5.1.6.5. Após a entrega dos cartões, o CONTRANTE poderá solicitar formalmente à CONTRATADA a carga de crédito nos cartões, que deverá se dar em até 3 (três) dias corridos;

5.1.6.6. O saldo resultante dos créditos não utilizados após vencimento dos cartões, devidamente descontados da taxa administrativa aplicada pela CONTRANTE, deverá ser depositado em conta-corrente, cuja titularidade será do Município de Nova Friburgo;

5.1.6.7. A informação necessária e indispensável à correta utilização, estabelecida em regulamento ou norma legal aplicável, deve estar devidamente indicada no cartão de uso pessoal, bem como deverá ser fornecida ao setor designado para fiscalização do objeto da contratação;

5.1.6.8. Os cartões emitidos deverão permitir a habilitação por senha individual, de forma a garantir privacidade e segurança na utilização e evitar prejuízos em caso de extravio, furto ou roubo;

5.1.6.9. A proponente deverá apresentar documento se comprometendo, no ato do certame, a disponibilizar, após a adjudicação do resultado, em um prazo de 03 (três) dias úteis, relação contendo no mínimo 30 (trinta) estabelecimentos credenciados dentro do município de Nova Friburgo/RJ;

5.1.6.10. Os produtos entregues que apresentarem desconformidade com as especificações exigidas deverão ser substituídos sem ônus para a Administração, no prazo estipulado no Termo de Referência;

5.1.6.11. As solicitações e exigências contratuais deverão ser atendidas nos prazos fixados pela Administração;

5.1.6.12. O contratado deverá cumprir integralmente as condições pactuadas, sob pena de aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021;

5.1.7. Subcontratação



5.1.7.1. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, não será admitida a subcontratação do objeto, considerando a natureza do fornecimento e a necessidade de responsabilidade direta do contratado quanto à garantia e assistência técnica;

5.1.7. Esses requisitos refletem os critérios mínimos necessários e suficientes para garantir a efetividade e segurança na execução do objeto, em conformidade com o interesse público, com observância à realidade do mercado fornecedor, sem restrições indevidas à competitividade do certame;

5.1.7.1. Tais exigências visam assegurar a economicidade, a qualidade, a rastreabilidade e a adequada prestação do serviço, permitindo à Administração alcançar a solução mais vantajosa, conforme dispõe o art. 18, §1º, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, os cartões e valores de carga;

6.2. A CONTRATADA deverá entregar todos os cartões BLOQUEADOS, COM SENHA INDIVIDUAL E EM ENVELOPE LACRADO, na quantidade solicitada pelo CONTRATANTE, por sua exclusiva conta e risco, no endereço discriminado abaixo:

Nome do Requisitante:	Subsecretaria Pedagógica da Secretaria de Educação
Dados para contato:	Setor de Orçamento Telefone: (22) 2533-3009 ou 2533-2536 E-mail: orcamento@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Endereço de entrega:	Rua: Av. Alberto Braune, n.º 224, 3º andar, Centro, Nova Friburgo, RJ, CEP 28.613-001
Horário de entrega e descarga:	De Segunda a Sexta-feira – das 9h00 às 16h00

6.3. A data máxima para entrega dos cartões no endereço citado no item 6.2 será em até 15 (quinze) dias corridos, após o fornecimento da relação de beneficiários pelo CONTRATANTE;



6.3.1. A CONTRATANTE disponibilizará a relação dos beneficiários somente após resultado definitivo das provas e definição dos contemplados baseado nos critérios estabelecidos na Lei 5.122/2025;

6.4. A entrega dos cartões deverá ser realizada pela CONTRATADA de forma única, contendo nos cartões o nome do beneficiário, o nome do município e a data de validade, separados por Unidade de origem do beneficiário e em ordem alfabética.

6.4.1. Os cartões direcionados aos alunos menores de idade, deverão constar, além do nome e CPF do contemplado, dados do responsável cadastrado no E-cidade, que serão enviados junto com a relação;

6.5. Após a entrega dos cartões, o CONTRATANTE deverá solicitar formalmente à CONTRATADA a realização da carga de créditos nos respectivos cartões, informando a data prevista para a entrega aos contemplados. A CONTRATADA deverá efetuar a disponibilização dos créditos no prazo máximo de até 3 (três) dias corridos, contados do recebimento da solicitação formal;

6.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de acompanhamento e controle de lançamento dos créditos e débitos de forma individualizada e global, até a data estipulada no item 6.5, permitindo a geração e impressão de relatórios para conferência e resolução de problemas diversos, bem como possibilitar a consulta pelos respectivos usuários, por meio de emissão de extrato (quando solicitado pelo usuário ou pelo contratante);

6.7. Após disponibilização do valor de carga, dispostas nos itens 6.5, deverá a CONTRATADA emitir fatura referente apenas ao crédito realizado nos cartões solicitados;

6.8. O Cartão deverá possuir validade para utilização pelo beneficiário de 90 (noventa) dias, contados a partir do crédito disponibilizado, cujo valor será de R\$ 700,00 (setecentos) reais;

6.9. O saldo resultante dos créditos não utilizados, devidamente descontados da taxa administrativa aplicada pelo CONTRATANTE, deverá ser depositado em conta-corrente de titularidade do Município de Nova Friburgo;



6.10. O prazo para depósito na conta do Município de Nova Friburgo, conforme disposto no item 6.10, será de 05 (cinco) dias úteis, após a análise e emissão de parecer da fiscalização do contrato;

6.11. O CONTRATANTE deverá enviar para CONTRATADA as informações do item 6.3 em formato xls, doc, pdf ou similares;

6.12. A informação necessária e indispensável à correta utilização, estabelecida em regulamento ou norma legal aplicável, deve estar devidamente indicada no cartão de uso pessoal, bem como deverá ser fornecida ao setor designado para fiscalização do objeto do contrato;

6.13. Os cartões emitidos deverão permitir a habilitação de senha individual, de forma a garantir privacidade e segurança na utilização e evitar prejuízos em caso de extravio, furto ou roubo;

6.14. Após o recebimento dos cartões e mediante conferência realizada pela fiscalização, caso haja alguma unidade em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, será solicitado a substituição dos mesmos para fins de regularização, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.15. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);



7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

7.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

7.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

7.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

7.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º);

7.7. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

7.8. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no



curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21;

7.9. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

7.10. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.11. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

7.12. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

7.13. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

7.13.1 Atestar as faturas/notas fiscais da contratada oriundas da contratação licitada;

7.13.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

7.13.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.13.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)



8.1. A (s) Nota (s) Fiscal (is) deverá (ão) ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23; ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

8.2. Todos os cartões deverão ser entregues BLOQUEADOS, COM SENHA INDIVIDUAL E EM ENVELOPE LACRADO, na quantidade solicitada pelo CONTRATANTE, na Subsecretaria Pedagógica da Secretaria de Educação, localizada no endereço Av. Alberto Braune, n.º 224, 3º andar, Centro, Nova Friburgo, RJ, CEP 28.613-001, respeitando os dias e horário de entrega, de Segunda a Sexta-feira – das 09h00 às 16h00;

8.3 Da liquidação da despesa:

8.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023 e o Decreto nº 3116 de 18 de setembro de 2024, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

8.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

8.4 Do pagamento da despesa:

8.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

8.4.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.4.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

8.4.1.3. FGTS;

8.4.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;



8.4.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

8.4.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS;

8.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do banco, número da agência e da conta corrente, para que possibilite o contratante efetuar o pagamento do valor devido;

8.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

8.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8.4.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumprida as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, combinado com o art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021

9.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

9.2.1. SICAF;

9.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/ceis>);



9.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

9.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada;

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;



9.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.12.1. Habilitação Jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ; OU
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU
- e) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro



Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

- i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;
- j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

9.12.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.12.3. Da qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c) Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca;
- d) A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro;
- e) No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo;



f) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente;

g) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

h) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

i) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

j) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente;



k) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº14.133, de 2021, art. 65, §1º);

l) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

9.12.3. Qualificação técnica

9.12.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

9.12.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância.

9.12.3.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

9.12.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

9.12.3.1.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.12.3.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;



9.12.3.1.6. Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade, antes da assinatura do contrato, de, no mínimo, 30 (trinta) estabelecimentos credenciados para o ramo alimentício dentro do município de Nova Friburgo/RJ, como: hipermercados, supermercados, mercados, armazéns, mercearias, açougues, hortifrútis, peixarias e similares. (Modelo próprio da empresa);

9.13. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

9.14. As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 da Lei 11.101/2005).

9.15. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

9.16. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

9.17. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

10.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) fornecer os cartões magnéticos com chip devidamente carregados com o valor estipulado de R\$ 700,00 (quinhentos reais) cada, no prazo estabelecido e conforme demanda da CONTRATANTE;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;



- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o contratante em caso de alteração;
- n) Substituir, às suas expensas, os cartões com defeito ou que apresentem problemas de uso, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação da Administração;
- o) Disponibilizar, no mínimo, 30 (trinta) estabelecimentos credenciados no município de Nova Friburgo/RJ;
- p) Manter durante toda a vigência do contrato todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- q) Manter canal de atendimento eletrônico (e-mail) ativo e atualizado para comunicações com a Administração;
- r) Cumprir integralmente as demais disposições legais aplicáveis e as cláusulas do contrato administrativo.

10.2 Da Contratante:

- a) fornecer à CONTRATADA as informações necessárias para a correta entrega dos cartões e execução do serviço;
- b) comunicar a contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;



- c) efetuar o pagamento da contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- d) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- e) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela contratada fora das especificações do contrato;
- f) observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- h) prestar à contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- i) demais condições constantes do edital de licitação;

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento, por parte da contratada, das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

11.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- g) ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

11.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

11.3.1 advertência;

11.3.2 multa;

11.3.3 impedimento de licitar e contratar;

11.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

11.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

11.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;



11.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

11.09 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

11.10 As sanções aqui previstas são independentes, podendo ser aplicadas isoladamente, observando-se que apenas a penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais, sem prejuízo de outras medidas legalmente cabíveis;

11.11 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 833.000,00 (oitocentos e trinta e três mil reais)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria de Educação	07 002 12 361 1053 2.330	150010010000	33.90.39-99



13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. DA RESCISÃO

14.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência ou na legislação vigente, por parte da CONTRATADA, assegurará ao Município de Nova Friburgo o direito de rescindir o contrato, mediante notificação, com prova de recebimento;

14.2. Além das hipóteses expressamente previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/21 constituem motivos para a rescisão do contrato:

14.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao Município;

14.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do Município;

14.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 139 da Lei nº 14.133/21;

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.2. Os proponentes deverão apresentar suas propostas com preços compatíveis com o valor fixado para a presente licitação, conforme especificado neste Termo de Referência;

15.3. Este Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos;

15.4. A empresa vencedora do certame aceitará, nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, para o objeto definido neste termo de referência, conforme previsto nos artigos 124 e 125 da Lei n.º 14.133/2021.

15.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria de Educação;



Nova Friburgo/RJ, 28 de abril de 2026.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Cíntia Damazio da Silva Matr.: 105.119	<hr/> Claudia Ribeiro Catrib Seixas Matr.: 2579

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein
Secretária de Educação
Matr.: 990.953